

RESPOSTA
RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP para futuras e parceladas Aquisição e Instalação de Piso Modular Esportivo, para atender as necessidades de Secretarias do município de Ribas do Rio Pardo – MS, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos.

I – DOS FATOS

A empresa **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, já qualificada nos autos, apresenta **RECURSO** face às decisões prolatadas pelo pregoeiro no pregão supramencionado, irressignada com a classificação e habilitação das empresas DACOR SPORTS LTDA e JOÃO HENRIQUE LIMA DE CASTRO.

A Recorrente, relata no bojo de sua peça recursal que:

Proponente DACOR SPORTS LTDA: em campo próprio para oferta de produto, a proponente apresentou piso de “marca própria”, o que demonstra obscuridade no produto oferecido pela empresa, vez que não estabelece modelo específico. Após essa observação, vossa senhoria e a Douta comissão decidiram permitir que o representante legal dessa empresa, manuscrevesse o produto que, de fato, viria a ser ofertado em sua proposta.

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br

Nizal *3*

Proponente JOÃO HENRIQUE LIMA DE CASTRO: assim como a empresa DACOR SPORTS, a proponente não apresentou, em campo próprio, a definição do modelo ofertado em sua proposta, descrevendo somente a marca "Altipisos". Veja, nobre pregoeiro e douta comissão, que existem diversos modelos de pisos dessa marca, e nem todos atendem as especificações exigidas no edital, como retratado anteriormente, tal fato retira qualquer segurança na contratação pretendida pela Administração.

- Proponente JOÃO HENRIQUE LIMA DE CASTRO ME: a empresa deixou de atender ao edital no subitem 8.3, apresentando prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipais e de regularidade para com a fazenda municipal vencidas, infringindo o item 8.7.4 do ato convocatório, que dispõe quanto ao prazo de validade dos documentos em referência.*

- Proponente DACOR SPORTS LTDA EPP: apresentou cópia simples da documentação para atendimento ao subitem 8.3 do edital, desatendendo o item 5.4 que tratava quanto às normas de apresentação da documentação. A certidão apresentada pela licitante não constava se a mesma era negativa ou positiva com efeito de negativa, estando apenas evidenciado que existem débitos parcelados.*

Outra questão a ser levantada é que a empresa em questão, buscando atender ao item 8.5 do edital (alínea b), apresentou comprovação de registro/inscrição do responsável técnico sem a possibilidade de verificação da validade da mesma, constando somente a data da expedição, a qual era superior ao prazo estipulado como válido pelo edital, de 60 (sessenta) dias.

Dentro do mesmo contexto, as empresas JOÃO HENRIQUE LIMA DE CASTRO ME e DACOR SPORTS, apresentaram contrarrazões ao recurso administrativo, rebatendo todos os fatos mencionados no Recurso Administrativo.

Neste sentido, será percorrido os aspectos de fato e de direito para corroborar com a decisão a ser tomada.

II – TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 10.1 quando declarado o vencedor, as empresas que manifestarem intenção de recorrer, possuem o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, contados da data da divulgação do resultado. A empresa Recorrente apresentou recurso quanto às decisões tomadas pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio em sede de sessão pública, razão pela qual será devidamente respondida, mesmo que o resultado da licitação ainda não tenha sido emitido.

III – DOS FUNDAMENTOS

Primeiramente, mesmo que por aspectos formalísticos, cumpre salientar que toda a Administração Pública Pátria está adstrita aos princípios gerais do Direito Administrativo, estampados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** [...] (grifou-se).

Assim, os atos administrativos devem obediência aos ditames legais. Quaisquer atos administrativos não condizentes com as normas serão anulados, pela própria Administração, no uso de

Nizal

3

seu poder de autotutela, ou, ainda, pelo Poder Judiciário, na prestação da tutela jurisdicional, nos termos da Súmula 473 do STF¹.

III – DA RESPOSTA

A – DOS QUESTIONAMENTOS RELACIONADOS AS PROPOSTAS DE PREÇOS

A.1. DA ALEGAÇÃO DE DEFEITOS NA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELAS EMPRESAS DACOR SPORTS LTDA E JOÃO HENRIQUE LIMA DE CASTRO ME

Inicialmente, vale destacar que o edital é o instrumento que estabelece as regras da licitação e de acordo com o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a **selecionar a proposta mais vantajosa** para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. Grifo nosso.

O principal objetivo de um procedimento licitatório, como se pode observar, é suprir demandas de serviços e bens no preço mais vantajoso possível, atendendo-se, desta forma, o princípio do interesse público.

Impedir, portanto, que um licitante participe ou tenha o objeto licitatório adjudicado por meros erros formais, o chamado formalismo exacerbado, pode vir a impedir o cumprimento desta finalidade precípua da licitação.

A desclassificação da empresa licitante deve ocorrer somente quando forem infringidos valores jurídicos relevantes, de modo a comprometer os fins visados e não quando podem

¹ A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Nizal
3

ser supridos de forma imediata e sem qualquer prejuízo aos demais participantes e à Administração Pública.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um erro material, como o ocorrido no caso das empresas vencedoras, constitui uma verdadeira violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência, afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.

Marçal Justem Filho, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, *in verbis*:

O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais.²

Nota-se que eventuais erros de natureza material ou formal no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame. Muito pelo contrário, uma vez verificado o equívoco na proposta da licitante, deve o órgão licitante conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada.

Ademais, os subitens 19.6 e 19.12 do Edital da supramencionada licitação lecionam que:

19.6. As normas disciplinadoras da licitação, serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os

² in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76

Nizal
3

interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.12. O Pregoeiro, para atender o interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, caso sejam observadas na documentação confiada ao certame, constituída do credenciamento, da proposta de preços e/ou habilitação, desde que, não contrariem a legislação em vigor e não comprometam a lisura da licitação, sem prejuízo da promoção de diligências, quando e sempre que necessário. (grifo nosso)

O Tribunal de Contas da União possui diversos Enunciados neste sentido, senão vejamos:

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário)

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)

N. Zed
3

Licitação. Julgamento. Erros materiais. É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014 Plenário - Representação, Relator Ministro Valmir Campelo)

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1811/2014-Plenário)

Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante. (Acórdão 2872/2010-Plenário)

Destaca-se, por oportuno, que a possibilidade de correção dos erros formais foi dada a todas às licitantes, respeitando o Princípio da Isonomia, como se observa no presente caso, uma vez que à ambas foi oportunizada a correção, com o objetivo de garantir a proposta mais vantajosa para Administração.

Não obstante, em relação à adequação da especificação proposta pelas licitantes, vale relatar que, foi exigida AMOSTRAS das licitantes vencedoras, conforme item 9.15 do edital, sendo possível a identificação da correta adequação da especificação técnica.

No mesmo sentido, também será realizada a respectiva conferência no momento da entrega, por meio do fiscal do contrato, que avaliará de forma criteriosa, como efetivamente ocorre no município em todas as entregas de bens e serviços.

Nizal

3

B - DOS QUESTIONAMENTOS RELACIONADOS À HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS

b.1. Da alegação de não atendimento ao item 8.3, infringindo ao subitem 8.7.4 pela empresa JOÃO HENRIQUE LIMA DE CASTRO ME – apresentação de regularidade com a fazenda municipal vencida e do não atendimento ao mesmo item pela empresa DACOR SPORTS LTDA EPP

A Lei Complementar 123/2006 estabelece em seus artigos 42 e 43, o que segue:

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Destacamos)

Seguindo os preceitos da legislação aplicada, o edital da presente licitação previu nos subitens 3.1 e 3.2 que:

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br

Nizal

3

3.1. As licitantes que comprovarem o enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **terão tratamento diferenciado, favorecido e simplificado das demais, consoante disposições contidas nos art. 42 a 45, do mesmo diploma legal.**

3.2. A Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), mesmo que apresente alguma restrição, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. (art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006)

3.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento dos débitos e para emissão de novas eventuais certidões negativas, ou, certidões positivas com efeitos de negativa. (art. 43, § 1º, do mesmo diploma legal)

Neste ínterim, forçoso ponderarmos a previsão da Lei 8.666/93, que leciona sobre a regularidade fiscal:

Art. 29. A documentação relativa à **regularidade fiscal** e trabalhista, conforme o caso, **consistirá em:**

(...)

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br

Nizal

3

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Também seguindo as disposições contidas na Lei de Licitações, o edital exigiu, junto ao item 8.3, alíneas c) e f) a regularidade fiscal relacionada a Fazenda Municipal.

Assim, estando diante de duas empresas enquadradas como ME e EPP, tal qual as empresas JOÃO HENRIQUE LIMA DE CASTRO ME e DACOR SPORTS LTDA EPP, a única alternativa para o caso é propiciar o prazo de 5 (cinco) dias para adequação da documentação de regularidade fiscal apresentada.

Ademais, não é dada a Administração Pública a possibilidade de agir de maneira diversa do que a legislação impõe.

b.2. Da alegação de impossibilidade de verificação do prazo de validade do documento de qualificação técnica disposto na alínea b, do subitem 8.5 do edital

Sobre o tema, importante destacar que o art. 43, § 3º, da Lei nº 8666/1993 criou um poder-dever por parte da comissão de licitação/pregoeiro, obrigando-o a realizar diligência quando há alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta, in verbis:

Art. 43. (...)

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Rua Conceição do Rio Pardo, 1725 – Centro – Ribas do Rio Pardo/MS

CEP: 79180-000

Tel.: (67) 3238-1175

www.ribasdoriopardo.ms.gov.br

Nizal

3

*§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

O Acórdão nº 1.758/2003-Plenário, o Tribunal entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de comprovação de regularidade fiscal da licitante através de diligência promovida com base no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

Não há discricionariedade da Administração optar ou não na realização de diligência, sempre que houver dúvidas sobre alguma informação a diligência torna-se obrigatória. Com brilhantismo e clareza Marçal Justen Filho leciona:

A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização.³

Deste modo a correta interpretação é de que a vedação para inclusão de documentos restringe-se somente a inclusão de documentos que deveriam ser entregues inicialmente, **por conseguinte admitindo a inclusão de qualquer outro documento que sirva como complemento**

³ Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.

Nizaul
3

necessário a elucidação de obscuridades, dúvidas ou, até mesmo, veracidade dos documentos já apresentados.

Com foi o caso em discussão, onde a diligência foi no sentido de elucidar obscuridade quanto ao prazo de validade de documento legal e formalmente apresentado pela licitante.

Finalmente, após as ponderações propostas, a legislação evocada e a jurisprudência acerca do tema, a decisão é pela ratificação da decisão do pregoeiro e da equipe de apoio.

IV – DA DECISÃO

Ante ao exposto, tendo vista as razões de fato e de direito abordados, entendemos pelo **CONHECIMENTO** do RECURSO interposto pela empresa **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, eis que tempestivo.

No mérito, pelo TOTAL **INDEFERIMENTO** dos pedidos proferidos pela empresa.

Ribas do Rio Pardo – MS, 12 de setembro 2022.


Nizael Flores de Almeida
Secretário de Educação


Antônio Celso Rodrigues Silva Junior
Secretário de Juventude, Esporte e Lazer